

MPF vai recorrer contra decisão

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) deverá apresentar hoje recurso contra o relaxamento da prisão do candidato a deputado distrital Pedro Passos (PSD). Com prisão preventiva decretada há treze dias por parcelamento ilegal de terras, Passos estava foragido até o último sábado,



PASSOS

quando conseguiu na Justiça o relaxamento de prisão. Desde então, voltou a fazer campanha eleitoral normalmente.

Pedro Passos foi beneficiado por uma decisão do desembargador Edson Smaniotto, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDF), que considera Passos ter sido contemplado pelo artigo 336 da Lei Eleitoral, que proíbe a prisão de candidatos dentro do prazo de quinze dias antes e 48 horas depois da realização das eleições.

O Ministério Público vai recorrer da decisão por acreditar que a ressalva da Lei Eleitoral foi criada para proteger candidatos que sejam vítimas de perseguição política e que isso não se aplicaria ao caso Passos. Os promotores afirmam ainda que o prazo dado pelo texto da lei se refere à expedição do mandado de prisão, e não ao seu cumprimento.

O desembargador foi excessivamente simplista e literal em seu despacho. Ele não contemplou a amplitude da lei – afirma o promotor Fábio Barros, da Promotoria de Defesa da Ordem Urbanística (Prourb), órgão ligado ao Ministério Público.

Irritado, o candidato Pedro Passos (PSD) fez comentários

Promotor diz que juiz foi simplista ao decidir-se em favor de Passos

sobre o recurso que o Ministério Público apresentará:

– Esse recurso só vem provar que a atuação do MP é política e que

os promotores usam seus cargos para fazer política. Mas fico feliz porque sei que dentro do Tribunal de Justiça há homens de bem e isentos politicamente.

Não há prazo para julgamento do recurso que será apresentado pelos promotores. Na quinta-feira, o Tribunal de Justiça deverá apreciar o mérito do habeas-corpus apresentado pelos advogados de Pedro Passos há quase duas semanas. O pedido havia sido negado liminarmente antes do relaxamento de prisão, no sábado.

Está marcado para a próxima sexta-feira o interrogatório dos sete réus acusados no processo que culminou no mandado de prisão de Pedro Passos. Entre os réus, estão também o empresário Márcio Passos, irmão de Pedro, e o topógrafo Vinício Jadische Tasso. Os dois também tiveram prisão preventiva decretada e estão foragidos. Márcio acusou aliados de Roriz.

Na audiência de sexta-feira, ambos serão chamados a apresentar suas defesas. Dependendo das condutas anteriores dos dois acusados, o juiz pode determinar a configuração do crime a que respondem como crime de pequenas causas. Nesse caso, a Justiça pode decidir pela suspensão do processo. E o juiz pode arbitrar uma pena alternativa – multa ou prestação de serviços comunitários.